

CONSTRUÇÃO HOLÍSTICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL: HISTÓRIA, CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Leandro Eustáquio Gomes¹

Resumo: Neste artigo busca-se apresentar e discutir um breve levantamento teórico sobre o patrimônio cultural, através de diversos autores, de diferentes áreas do conhecimento, a perpassar pelas questões de origem temporal e etimológica, às definições e conceitos. Isto é, de como e quando o termo foi cunhado, e das questões teóricas que ele, o patrimônio abarca. Assim, busca-se fazer uma apresentação de forma crítica, através de diversas linhas de pensamento, usos e apropriações do termo, sua simbologia e status. Além, expõem-se parte do aparato político, social e econômico que permeia o patrimônio em alguns dos seus matizes, e do processo de edificação.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. História. Conceitos. Definições.

Abstract: In this article, we present and discuss a brief theoretical survey of the cultural heritage, through various authors, from different areas of knowledge, through temporal and etymological issues, definitions and concepts. That is, how and when the term was coined, and of the theoretical issues that he, the patrimony encompasses. Thus, it is sought to make a presentation critically, through various lines of thought, uses and appropriations of the term, its symbology and status. In addition, they expose part of the political, social and economic apparatus that permeates the patrimony in some of its shades, and the process of edification.

Keywords: Cultural Patrimony . History. Concepts. Definitions.

Resumen: En este artículo se busca presentar y discutir un breve levantamiento teórico sobre el patrimonio cultural, a través de diversos autores, de diferentes áreas del conocimiento, a pasar por las cuestiones de origen temporal y etimológico, a las definiciones y conceptos. Es decir, de cómo y cuándo el término fue acuñado, y de las cuestiones teóricas que él, el patrimonio abarca. Así, se busca hacer una presentación de forma crítica, a través de diversas líneas de pensamiento, usos y apropiaciones del término, su simbología y status. Además, se exponen parte del aparato político, social y económico que permea el patrimonio en algunos de sus matices, y del proceso de edificación.

Palabras clave: Patrimonio Cultural. Historia. Conceptos. Definiciones.

¹ Doutor em Antropologia Social e Cultural (2017), pela Universidade de Coimbra/ Portugal. leandroegomes@gmail.com

1. Introdução

Estão em voga as questões sobre o patrimônio cultural. Tem-se intensificado a busca constante em afirmar que determinadas manifestações culturais são genuínas, e que representam a identidade e cultura de localidades, regiões, nações, ou mesmo como elementos expressivos da humanidade. O movimento de patrimonialização está presente em várias escalas, e apresenta-se com objetivos bem diversos. Dentre eles destacam-se: a necessidade de afirmação frente ao movimento de globalização, cujo efeito ou impacto pode gerar relativa homogeneização da cultura; como mecanismo ou forma complementar para o desenvolvimento econômico e social; para o reconhecimento e captação de recursos que visam a recuperação e/ou salvaguarda.

O patrimônio é um elemento complexo de ser explanado, pois possui amplas nuances, sejam no arcabouço teórico, seja quanto as questões técnicas e práticas, imersas num universo de possibilidades e mutabilidades.

Este artigo vai ao encontro desse universo, buscando através de diversos conceitos/definições que perpassam por espaços e tempo, etimologia e história, procura-se compreender um pouco da concepção do patrimônio no seu sentido lato. Para tal, apresentamos a leitura e registro de diversos autores, em que justamos e contrapomos essas visões sobre o patrimônio, desde suas bases às edificações utilizadas na contemporaneidade².

2. Construções do Patrimônio

A fim de compreender as bases do termo patrimônio cultural, é pertinente conhecer a sua origem e a sua ideia de preservação. Cabral (2011) faz uma síntese da origem do termo e contexto temporal em que foi idealizado.

Na sua forma hodierna, porém, o conceito, teve origem nos finais do século XVIII, no contexto social desencadeado pela Revolução Francesa, que determinou a entrada de obras de arte nos museus e a destruição dos vestígios do Antigo Regime, considerados reminiscências de um passado corrupto (POULOT, 1998) apud(CABRAL, 2011, p. 26).

No entanto, o movimento de destruição nesse período, é tido, para alguns, como a origem do atual conceito de patrimônio, pois neste período surge a ideia do que deve ou não ser conservado e preservado,

² Este artigo faz parte de pesquisa realizada durante a elaboração da tese de doutorado em Antropologia Social e Cultural, em que dentre as etapas de construção do trabalho de pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os conceitos e definições de patrimônio cultural, numa perspectiva holística do termo.

ou seja, dignos ou não de serem postos em locais reservados e retirados do seu uso funcional, como elementos simbólicos, como por exemplo, em museus.

Esse período também é marcado pela criação do termo vandalismo, que é denominado por ações de cunho coletivo ou individual de roubo, pilhagem, destruição ou descaracterização destes bens da história e da memória coletiva da nação, assim como, à posteriori, é elaborado o dispositivo legal para coibir e punir tais atos de vandalismos. Contudo, há nesse período uma falta de recursos, sejam eles técnicos ou financeiros, que garantam, de forma ampla, a salvaguarda desses bens patrimoniais. (Choay, 2010)

Já quando se faz referência às questões históricas de ações para a preservação do patrimônio, é relevante destacar uma ação realizada, de cunho mundial, para esse fim, A Carta de Atenas, que constitui um marco, é uma ideia e um elemento reflexivo norteador de abrangência mundial. A Carta de Atenas, fruto da conclusão da Conferência Internacional sobre a Restauração de Monumentos, que aconteceu no ano de 1931, em que participaram apenas Especialistas de Estados Europeus, foi alvo de críticas. Mesmo assim, mais tarde, logrou méritos para conseguir delimitar a Resolução sobre a Conservação de Monumentos históricos e de Obras de Arte, sendo a mesma aprovada no ano de 1932, pela Assembleia da Sociedade das Nações, (que anteviu a Organização das Nações Unidas), procurando assegurar “a conservação do patrimônio artístico e arqueológico da humanidade interessa à comunidade dos Estados depositários e defensores da civilização, reconhecendo-se pela primeira vez a existência de Patrimônio cuja importância transcende fronteiras nacionais.” (Cabral, 2011, p. 28-29).

A Carta de Atenas e, à posteriori, as outras ações desenvolvidas, abriram e abarcaram o processo de mundialização do patrimônio, sendo que estas foram as premissas para a criação da convenção do Patrimônio Mundial, na primeira metade dos anos setenta. Assim, em 1964, emerge, através da Carta de Atenas, um sentido ou um espírito de responsabilidade na preservação dos bens patrimoniais tidos como emblemáticos, pelo fato de dever ser preservado e transmitidos para as gerações subsequentes, como elemento patrimonial da humanidade. (Cabral, 2011)

No entanto, até à primeira metade do século XIX, o termo e concepção de patrimônio cultural, neste período denominado como patrimônio histórico, era utilizada para se referir a obras de arte consagradas e monumentos de luxo associados à classe dominante da sociedade política e civil. Neste contexto, as construções cuja preservação se revestia de interesse, eram antigos palácios, residências de nobres ou locais que foram palco de fatos marcantes da história política, o que se justificava pela convicção de que, através destes bens patrimoniais, era possível ligar o passado ao presente, constituindo elementos da

identidade. (Barreto, 2000) Assim, o patrimônio surge como elemento pertinente, representativo e significativo para a nação, ou seja, como um legado, uma herança de cunho nacional, em que obras de arte e monumentos e edifícios que têm um valor cultural para a nação, a fim de serem transmitidos às outras gerações. (Abreu, 2008)

Esta concepção de patrimônio vem atrelada à ideia de que o patrimônio é uma representação da nação, que esse conjunto de bens formam um sentimento de pertença de uma nação ou de uma localidade, justificando o processo para perpetuar esses símbolos da identidade e da história. Estes exemplos mostram que são considerados patrimônios os elementos que tenham relevância nacional, dos quais são representações da história de povos, registros materiais das relações sociais, criações e modificações do ser humano no meio ambiente.

Contudo, Lima (2005), demonstra o quão maior é a dimensão do que é patrimônio, e o que é englobado e reconhecido, e pode ser entendido como tal, deixando mais esclarecida a amplitude do termo e sentido.

O patrimônio cultural de um povo não se constitui só dos bens móveis ou imóveis independentemente de serem públicos ou privados, porém de toda manifestação que se origine de conceitos históricos, ambientais, paisagísticos, arquivísticos, etnográficos, que em alguma época possam ter contribuído para a consolidação da identidade de um grupo social. (LIMA, 200, p.5).

Assim, nesta construção contemporânea conceitual e representativa, o termo patrimônio vem sendo usado de forma abrangente, cujas fronteiras têm cada vez mais extensões: “A palavra ‘patrimônio’ passou atualmente a fazer parte do nosso dia a dia. Utilizado na área da cultura, do ambiente, do turismo, da publicidade e em muito outros contextos, o patrimônio é percebido como algo positivo e relevante na vida, um bem precioso que devemos preservar a todos os custos.” (CABRAL, 2011, p. 25).

Numa abordagem mais semântica e contextual do Patrimônio, apontam-se a emergência do termo e as esferas e dimensões que o mesmo engloba: “...transmissão, herança, posse, caráter material, imaterial e espiritual, entre as mais significativas. A emergência do conceito de Patrimônio esta associada aos valores dos bens e sua transmissão.” (Carvalho e Fernandes, 2012:7). O patrimônio está sempre associado à ideia de elemento de propriedade e transmissão. Assim, segue este caminho na atualidade, mesmo que a noção moral tenha cada vez mais ligação, como uma espécie de tomada de consciência, a diferentes níveis, local, nacional ou até mesmo mundial.

Na visão de Abreu (2007) a noção de patrimônio encontra-se inserida em duas esferas do tempo, na esfera linear e na esfera cíclica:

A noção de patrimônio, com a qual nos habituamos, como se ela sempre tivesse existido em todo o tempo e lugar, está diretamente relacionada a uma concepção linear de tempo.

Inversamente, nas sociedades onde predomina a concepção cíclica do tempo, a memória está disseminada no tecido social. Como assinalou Pierre Nora, as sociedades tradicionais são sociedades-memória por excelência. Nelas não é necessário guardar objetos ou fazer registos de qualquer ordem. As festas, os rituais, os cânticos, as narrativas míticas que se repetem dia após dia desempenham esta função de fazer lembrar para o grupo suas tradições mais importantes. (ABREU, 2007, p. 266).

Assim, a primeira concepção de tempo (linear) está ligado a fatores de uma construção da história no mundo ocidental, com um dispositivo técnico e metodológico, numa forma de documentação e registro, num processo contínuo e infinito. Já na segunda concepção de tempo (cíclico), existe uma predominância das narrativas orais e construção da memória social através de cerimônias, festas e rituais, em que os acontecimentos são repetitivos e reversíveis. Contudo, vale ressaltar, que no mundo contemporâneo, uma não exclui a outra, pois os contatos entre culturas permitem uma permeabilidade e, desta forma, não há obrigatoriedade de uma única concepção de tempo. Na sociedade ocidental, o que predomina e é dominante, é a concepção de tempo linear. Entretanto, observam-se alguns elementos do tempo cíclico, como a contagem do tempo, estações do ano, assim como de outras manifestações populares que fazem uso do tempo cíclico para a sua realização. (Abreu, 2007)

Já em Costa (2006) é feita uma referência etimológica para explicar e definir patrimônio, onde a relação com o passado é vista como um legado, e na qual existe uma gama de experiências e saberes deixados às gerações do presente e às futuras, de forma a compreender e aprender com esse passado.

A origem da palavra patrimônio é do latim e é derivada de *pater*, que significa pai. É utilizada no sentido de herança, legado, aquilo que o pai deixa para os filhos. Também se refere ao conjunto de bens produzidos por outras gerações, por bens que resultam em experiências, coletivas ou individuais, para se tornarem perpétuas. (COSTA, 2006, p. 8)

Em Laraia (2013), é apresentado um conceito de patrimônio, em que se destaca a construção de cultura através das gerações, e que essa carga cultural é fruto de uma ação coletiva, sendo o homem o resultado deste meio que o socializou e um herdeiro de um processo acumulativo transmitido por várias gerações antecedentes a ele. Sendo que, “A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade.” (Laraia, 2013, p. 45).

Em Bernardi (2007), é novamente apresentada a cultura como um elemento hereditário, pelo que o autor explica desta forma este processo de continuidade, “O aspeto hereditário da cultura atribui continuidade à própria cultura e se reflete em valores interpretativos e em instituições sociais com consequências bastante

profundas.” (Bernardi, 2007, p. 30). Neste ponto a cultura vem a se tornar tradição, com isso, estabelece-se como parte essencial da cultura.

Desta forma, a cultura não diz respeito somente ao indivíduo no sentido que a formação psicológica e social da sua personalidade vai buscar inspiração e modelo à tradição, isto é, aos ensinamentos formais e informais de seus pais. Diz respeito, também, a cada grupo social, no aspecto de associação organizada de indivíduos. (BERNARDI, 2007, p. 30)

Desta forma, essa construção da tradição³ e transmissão da cultura, tange o que é denominado como Patrimônio cultural, como elementos que são transmitidos, mas que, por não serem questionado em diversos momentos, são meramente absorvidos e transmitidos, através do discurso “sempre assim se fez»; «não sabemos; nossos pais fizeram sempre assim»; «foi como os nossos pais nos ensinaram». A cultura deste modo, afirma-se como um patrimônio.”(Bernardi, 2007, p. 69-70). Mas é de destacar, e como já mencionado na abordagem sobre a cultura, que o Patrimônio cultural não se restringe à esfera hereditária familiar, este extrapola esta esfera e também é passível de questionamento, assim como, o fato de ter o seu caracter dinâmico.

Em Abreu (2007), também é feita esta referência ao patrimônio como sendo um elemento de transmissão e herança, e que a questão conceitual ocidental de patrimônio pode não fazer sentido em outros contextos. Outro ponto também destacado, tem a ver com os conflitos e interesses conceituais, pois a sobreposição de concepção de tempo é algo que gera alguns conflitos, em que há um jogo e disputas entre lembranças e esquecimentos. São disputas ou manobras de forças de interesses, cada qual a defender o que lhe é mais conveniente. Sendo assim, como apresentado, é passível de ser um processo dinâmico de mutabilidade.

As mudanças ou agregações de sentidos na utilização do termo patrimônio é demonstrativo de que as formas e as tentativas de cristalização de termos e conceitos são algo de difícil construção, para não dizer impossível, pois:

Patrimônio. Esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificado por diversos adjetivos (genético, natural, histórico ...) que fizeram dela um conceito “nômada”, prossegue hoje em dia um percurso diferente e notório. (CHOAY, 2010, p. 11).

³ Entretanto, como dito com Hobsbawm (1984), as ditas tradições que parecem ter um caráter histórico longínquo, podem ser questões relativamente recentes e mesmo fictícias. Esta última, é denominada pelo autor como “tradições inventadas”, cujo as práticas são criadas e repetidas ou mesmo impostas, e com isso estabelecem-se. As tradições também podem ser vistas como um caráter de resistência frente as mudanças.

Já mais especificamente, o patrimônio histórico é tido como uma acumulação sistêmica de bens, isto é, de objetos, saberes e conhecimentos humanos e remontam a um passado, em que o processo sistêmico de acumulação é explicado pelas contínuas transformações do presente. Assim, o termo, como o próprio patrimônio, segue num processo de transformação e de acumulação, ou até mesmo, de resinificação de sentido e uso. (Choay, 2010)

O patrimônio histórico-cultural, seja ele material ou imaterial, constrói-se de elementos que compõem o passado da história do homem, que são símbolos representativos da cultura e que possibilitam o entendimento sobre o seu passado, as suas raízes e os elementos naturais e construídos à sua volta, sendo de um povo, região ou nação. Assim, este pode ser entendido como um elemento para a compreensão e consciência de si mesmo, assim como, do meio onde está inserido, sendo que a medida de importância desse bem cultural está relacionada com a sua capacidade em estimular a memória. (ABBTUR, 2005)

Assim, o patrimônio consiste num processo de utilização de locais, práticas e objetos como um veículo de transmissão de ideias e valores, cuja aplicação atual é satisfazer as necessidades e, com isso, transforma-se num produto do presente, valendo-se do passado e projetando para o futuro, ou seja, algo imaginário e idealizado. (Baveystock E Mason, 2009)

3. O Patrimônio Cultural na Contemporaneidade

Na contemporaneidade, como já mencionado, os tidos bens patrimoniais estão divididos em duas categorias base, o patrimônio material e imaterial, mas pode-se dizer que ambos, em vários momentos, estão ligados e associados, mas teoricamente são caracterizados.

Quando nos referimos a bens materiais, podemos observá-los e descrever a sua forma, cor, dimensões aparência, estado de conservação, cheiro, som, local onde são mantidos ou coordenadas dos seus limites, entre inúmeras outras características que os diferenciam enquanto objetos, edificações ou paisagens. Os bens imateriais, pelo contrário, apenas podem ser verdadeiramente conhecidos nos momentos em que são executados ou, indireta e parcialmente, mediante a apreciação dos seus registros ou produtos. No Patrimônio material, o mais importante são as coisas; no Patrimônio imaterial, o principal são as pessoas. É esta a mudança e paradigma, o desviar do foco das atenções do objeto para o ser o que o executa, que torna o Patrimônio cultural imaterial tão difícil de definir e de interiorizar-se é isso que o torna também tão interessante e atrativo. (CABRAL, 2011, p. 16)

Segundo o Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena – IEPÉ (2006), o patrimônio cultural imaterial são:

- as tradições e expressões orais, incluindo a língua como veículo do patrimônio cultural imaterial,
- dança, música e artes da representação tradicionais,
- as práticas sociais, os rituais e eventos festivos, os conhecimentos e os usos relacionados à natureza e ao universo,
- as técnicas artesanais tradicionais. (IEPÉ, 2006, p. 10-11).

O patrimônio, material e imaterial, constitui-se de elementos de registro da memória de povos e/ou grupos, sendo importante o processo de registro e salvaguarda, pois através destes, é possível compreender como era e/ou como é a trama construída através dos tempos, sendo que “A salvaguarda, difusão, conservação e gestão dos bens aos quais se atribuiu valor patrimonial são procedimentos necessários para preservar as histórias e as identidades que o patrimônio expressa e impedir sua destruição ou descaracterização.” (Zanirato, 2009, p. 78).

Face a isso, outro ponto a ser destacado, é o conjunto de mecanismos de preservação deste patrimônio, para o qual é necessária a identificação da população a que lhe pertence, tomando-o como elemento vivo na sua cultura, de forma a que existam ligações entre a população e o patrimônio em questão. Dessa forma, constitui-se, através dessa ligação entre população e patrimônio, seja ele material e imaterial, público ou privado, o elemento da identidade, pois ao proteger estes bens, está-se a fazer a preservação da identidade, isto é, as ligações e referências dos indivíduos com o espaço e o seu sentimento de pertença. (Lima, 2005)

Como já discutido, o termo patrimônio assumiu, ao longo da história, diversos significados e sofreu transformações, desde a sua origem etnológica, aos dias atuais, bem como, das ações e formas de salvaguarda. Assim, Rodrigues (2005) faz uma referência a este processo de transformação e intensificação da atividade, no século XIX, de um patrimônio nacional em busca de uma construção de identidade nacional, a fim de unificar o território e a história nacional, sobrepondo elementos de memória particulares e regionais. Em suma, assume um carácter unificador nacional, mesmo que os grupos internos nos territórios sejam diversos, tornando-se uma ferramenta política, parte de um processo de escolha de inclusão e exclusão.

Em Prats (2009) é defendida a ideia de que o patrimônio é algo abstrato, ou seja, um processo de construção predominantemente intrínseco. Assim, nesta linha de pensamento, pode-se pensar no patrimônio como uma construção interna de sentidos, significados, seja para algo material e/ou imaterial, em que o seu significado não é algo latente, mas sim algo relativo e sujeito a interpretação, e que, naturalmente não existe, pois é fruto de uma criação e necessita de um conjunto de saberes, para penetrar nesta trama construída, e

interpretar os diversos caminhos, ou melhor dizendo, as várias interpretações e construções atribuídas, assim como, as formas e mecanismos de transmissão.

Tem-se, normalmente, através de uma análise de pensamento superficial, que o patrimônio é algo que simplesmente existe e é natural. Mas não é bem esse o caso, pois este é uma construção social que nasce com objetivos específicos. (Prats, 2009)

Fica nítido em Rodrigues (2005), que o processo de patrimonialização consiste em escolhas, ou seja, eleger determinados elementos, de determinada cultura, que serão elementos representativos de uma história e de uma identidade, sendo que este processo de escolha pode ser espontâneo, nascendo de forma natural dentro do grupo ou grupos sociais, ou resultar de uma intervenção por parte dos representantes políticos e outros interesses.

A patrimonialização, como apresentado anteriormente, também permeia e é passível de críticas, uma vez que se refere às escolhas ou pontos de vistas, sobre a exaltação ou diminuição elementos culturais. Entretanto, para tal, há outros elementos ou interpretações que podem ficar à margem, “Pelo fato de ser uma construção mais ou menos intencional, em vez de qualquer processo de patrimonialização tende à imposição de uma perspectiva única, considerada a verdadeira e legítima, o Patrimônio comporta uma marcada dimensão política (Reis 2009).” (Cabral, 2011, p. 32).

Tais movimentos políticos podem ser marcados por intencionalidades de cunho e objetivos manter, ressaltar determinado patrimônio cultural.

Efetivamente, no mundo atual são inúmeros os agentes que participam no processo de construção da memória coletiva e de patrimonialização, possuindo cada indivíduo a sua própria visão do passado, pelo que qualquer versão imposta que contradiga os factos e as crenças comumente aceitas não será facilmente incorporada (Peralta 2008; Reis 2009). (CABRAL, 2011, p. 32).

Segundo Anico (2005), existe, na contemporaneidade, um forte e crescente movimento de construção, recuperação e valorização de locais de memória, pautados ou apresentados como forma de proteção da identidade, face a um processo de homogeneização causado pelo processo de globalização. Com isso, esses elementos de memória procuram tornar legítimo e mais latente essa identidade que se conjuga como patrimônio. Para tal, o patrimônio assume o papel de um bem, fruto de um processo de negociação, que por vezes procura por elementos culturais antes marginalizados, que são reinterpretados ou reinventados, consoante as novas necessidades sociais, econômicas e políticas de hoje, isto é, um processo de objetivação da memória e patrimônio, em que se vê e realça o que é pertinente e conivente. Em suma, lembrança e esquecimento, seleção e recortes do passado.

Outra visão contemporânea do termo, bem como das ações desenvolvidas junto ao patrimônio, e tendo-o como instrumento, são apresentadas por Carvalho e Fernandes (2012). Destaca-se na contemporaneidade, assim como a plasticidade temporal e espacial, como alternativa de desenvolvimento de grupos, locais e seguimentos. Também é utilizado como instrumento político, social e econômico, de memória e identidade, de desenvolvimento humano e qualidade de vida, de revitalização e requalificação de lugares. Assim, o patrimônio, ou o conceito patrimônio na contemporaneidade, assume um papel de múltiplas funcionalidades e aplicabilidades, sendo tido como uma alternativa face aos problemas e necessidades.

O patrimônio cultural é algo vivo e mutável, como também são os grupos sociais. Assim, podem existir diferentes interpretações para determinados elementos patrimoniais, em determinado tempo histórico, envolvendo questões políticas para determinados grupos sociais,

A construção do patrimônio cultural é um ato que depende das concepções que cada época tem a respeito do que, para quem e por que preservar. A preservação resulta, por isso, da negociação possível entre os diversos setores sociais, envolvendo cidadãos e poder público. O significado atribuído ao patrimônio também se modifica segundo as circunstâncias de momento. (RODRIGUES, 2005, p. 16).

Como já mencionado, este ato de escolher, de destacar determinados elementos, pode ser realizado em consequência do interesse em estabelecer uma identidade, ressaltar valores concretos, sob a pressão de interesses econômicos, políticos e sociais, ou seja, não se pode afirmar que um determinado bem patrimonial, mesmo que reconhecido por grupos e instituições públicas, ou não, seja um fiel representante da totalidade dos elementos de um grupo social.

Inventa-se o patrimônio a cada vez que determina-se (quem determina?) que um prédio, um local ou um hábito seja considerado um Patrimônio por todos. Busca-se que algo seja defendido por todos, mas na verdade se omite que estes elementos representam somente uma parte, um grupo ou uma classe da sociedade. (SOARES, 2009, p. 21).

O patrimônio cultural exerce um papel para determinados grupos sociais, orientando, de certa forma, a união dos grupos e as suas relações com o espaço.

...entendemos que, além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva. (RODRIGUES, 2005, p. 17).

O patrimônio cultural apresenta-se como um legado, uma herança, sendo algo bom e necessário. Com isto, apresenta-se e justifica-se a necessidade de preservá-lo, sendo esta necessidade de preservação ainda

pautada pela constatação dos grandes e rápidos processos de mudanças que estão a ocorrer no mundo contemporâneo, impulsionados principalmente pela globalização. Com isso, busca-se cada vez mais afirmar e ressaltar os elementos que diferenciam, seja na escala local, regional ou nacional, face ao crescente mundo de semelhanças. (Anico, 2009)

O movimento que se torna mais evidente, são as ações e visões multilineares do patrimônio, em que há múltiplas formas de reconhecimento e apropriação, e em que vários atores embatem, debatem ao se afirmarem como legítimos representantes e detentores de bens culturais. Assim, essas leituras e interpretações do patrimônio tornam-se cada vez mais dinâmicas. Contudo, há um outro lado, também preocupante, pois esse processo de mutabilidade, a credibilidade desses bens é abalada, uma vez que são transformados, de tal forma, para atender interesses políticos, sociais e/ou econômicos, sendo este último mais comum, em que há uma busca de mercantilização do patrimônio, um esvaziamento de significado e uma construção de um produto. (Anico E Peralta, 2009)

Já num processo de reflexão sobre estes elementos patrimoniais, a definição de cultura apresentada por Lima (1979), que faz referência a R. Linton, em que ela, a cultura, é classificada em dois planos, sendo o primeiro, o geral, da humanidade, como uma espécie de herança social da humanidade, e o segundo, como específico, ou seja, específico de um grupo com as suas peculiaridades do grupo social. Assim, podemos entender essa definição como um processo de escalas, macro, da humanidade, e micro, dos grupos.

Esta linha de pensamento pode, então, auxiliar a pensar a questão da cultura e bens patrimoniais, como escalas, não necessariamente como dita, mas transportando este pensamento, compreende-se, se assim pode ser dito, aos universos, tanto culturais, como o local, regional, nacional, continental. Pois há nesses universos culturais/patrimoniais, elementos que são relativamente comuns, que os aproximam. Contudo, há também uma gama de outros elementos que os diferenciam e distanciam, são como conjuntos, em que o conjunto humanidade da humanidade engloba todos, e dentro desse mega conjunto, há outros infinitos conjuntos, que se entrecruzam e se ligam, contidos ou pertencentes a outros conjuntos de menor ou maior escala.

4. Conclusão

Para qualquer temática de pesquisa se faz necessário buscar compreender de forma mais profunda os elementos que o compõem, no caso do patrimônio cultural não é diferente, que neste caso apresenta a existência várias questões políticas, sociais, culturais e econômicas envolvidas, que de forma direta e/ou indireta moldam o patrimônio cultural e os conceitos e definições inerente à ele.

Sob uma óptica de construção e reconstrução do patrimônio, como apresentando ao longo dos diversos discursos, dos diversos autores, percebe-se que o patrimônio cultural é permeado de diversos meandros, meandros esses de fazimento “espontâneo” ou intencional, numa constituição natural e artificial, por agentes diversos, que conjugam necessidades, forças, interesses e objetivos. Permite assim, demonstrar os cenários complexões que o compelem, bem como da necessidade de um olhar sistêmico de contextualização e aproximação de diálogos multidisciplinares, a fim de compreender e registrar multifaces constituintes do patrimônio.

Buscamos neste artigo esboçar um sucinto retrospecto histórico de sobre o patrimônio cultural, um exercício de reflexão quanto as diversas nuances e permeabilidades que o construíram e o constroem de maneira dinâmica e ativa. Cenários esses, que como apresentado, constituem-se de forças diversas atuantes, demonstrando que o patrimônio cultural não é mero elemento do acaso, além de possuir diversas leituras, apropriações e usos, cujos intuitos da patrimonialização merecem olhares pormenorizados e críticos através diferentes vieses científicos, a fim de registrar e compreender os caminhos e formas de construção do patrimônio cultural.

Referências

- ABBTUR- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BACHARÉIS EM TURISMO. *O Turismo como Força Transformadora do Mundo Contemporâneo I*. Organizadores Miguel Bahl, Rosilene da Costa Martins, Sérgio Fernandes Martins. São Paulo. Editora Roca, 2005.
- ABREU, Regina. *Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva*. In: Antropologia e Patrimônio Cultural- Diálogos e Desafios Contemporâneos. Blumenau. Nova Letra, 2007.
- ABREU, Regina. *Patrimônios etnográficos e museus: uma visão antropológica*. In: E o Patrimônio?. Rio de Janeiro. Editora Contra Capa, 2008.
- ANICO, Marta. *A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade*. Horizontes Antropológico, nº 23. p. 71-86, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a05v1123.pdf>. Acesso em: 18 jul.2018.
- ANICO, Marta. *Representing identities at local municipal museums: Cultural forums or identity bunkers*. In: Heritage and Identity. Routledge. London, 2009.
- ANICO, Marta; PERALTA, Elsa. *Heritage and Identity*. Routledge. London, 2009.
- BARRETO, Margarida. *Turismo e Legado Cultural*. 4ª edição. Campinas, São Paulo. Editora Papirus, 2000.
- BERNARDI, Bernardo. *Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos*. Lisboa. Edições 70, 2007 (1974).
- BAVEYSTOCK, Zelda; MASON, Rhiannon. *What role can digital heritage play in the re-imagining of national identities?: England and its icons*. In: Heritage and Identity. London. Routledge, 2009.
- CABRAL, Clara Bertrand. *Patrimônio Cultural Imaterial- Convenção da UNESCO e Seus Contextos*. Lisboa. Edições 70, 2011.
- CARVALHO, Paulo; FERNANDES, João Luís J. *Patrimônio Cultural e Paisagístico- Políticas, Intervenções e Representações*. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- CHOAY, Françoise. *As Questões do Patrimônio*. Lisboa. Editora Edições 70, 2010 (1982).
- COSTA, Alcidea Coelho. *Educação Patrimonial Como Instrumento de Preservação*, 2006. Disponível em: <http://www.trilhamundos.com.br/Portals/13/Artigo%20Alcidea.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- HOBSBAWM, Eric; Terence Ranger (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 9-23, 1984.

- IEPE- INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO INDÍGENA. “*Patrimônio Cultural e Imaterial e Povos Indígenas*”. Editora IEPÉ, 2006. Disponível em: <http://www.institutoiepe.org.br/infoteca/livros/70.html> acesso em: 18 jul. 2018.
- LARAIA, Roque de Barros. *Definições e Conceitos Sobre Cultura*. Rio de Janeiro. 25ª edição. Editora ZAHAR, 2013 (1986).
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck. *Preservação do Patrimônio: Uma Análise das Práticas Adotadas no Centro do Rio de Janeiro*. Patrimônio- Revista Eletrônica do IPHAN, vol. 2, Nov/Dez, 2005. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=120>. Acesso em : 18 jul. 2018.
- LIMA, Mesquita. *Antropologia ou Entropologia?*. Lisboa. Edições IN- CM, 1979.
- PRATS, Llorenç. *Heritage according to scale*. In: *Heritage and Identity*. London. Routledge, 2009.
- RODRIGUES, Marly. *Preservar e Consumir: O Patrimônio histórico e turismo*. In: *Turismo e Patrimônio Cultural*. FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (Orgs.). 4ª edição. São Paulo. Contexto, 2005.
- SOARES, André Luis Ramos, Dr. Jeckyl and Mister Hide ou. *A Educação Patrimonial Serve a Quem?*. In: *A Construção de Políticas Patrimoniais: Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País*. Londrina: Editora UNIFIL, 2009.
- ZANIRATO, Silvia Helena. *O Patrimônio Cultural em Cidades Novas. Leituras da Política Patrimonial Paranaense*. In: *A Construção de Políticas Patrimoniais: Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País*. Londrina. Editora UNIFIL. p. 78-93, 2009.